

HISTÓRICO DA 1ª PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DA FENASPS

Data: domingo, 5 de julho de 2020.

Local: realizada por videoconferência (aplicativo *Google Meet*)

Participantes: 125, com 92 delegados(as) e 33 observadores(as), representando os estados CE – ES – GO/TO – MG – PA – PR – RJ – RN – RS – SC – SE – SP e as oposições sindicais de BA e DF.

Nesse domingo, 5 de julho de 2020, em respeito ao isolamento social contido nos protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS), a federação realizou Plenária Nacional, pela primeira vez na história ocorrida na forma de videoconferência.

Foram debatidas diversas propostas para o direcionamento da luta dos servidores do Seguro Social (INSS), Seguridade Social (Previdência, Saúde e Trabalho) e Anvisa. Também foram passados informes das reuniões na **Presidência do INSS em 2 de julho**, na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde (**Cogep/MS em 8 de junho**) e da última reunião do Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho (**CGNAD) do INSS, em 7 de maio**. Por fim, foi passado o relato da reunião na Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (**SGP/ME, realizada na sexta-feira, 3 de julho**).

Os participantes dos debates, os(as) delegados(as) e observadores, fizeram análise de conjuntura do Brasil, no qual um governo genocida que está levando o país para uma grave crise, econômica, política, sanitária, colocando em risco a vida da população em meio à pandemia de Covid-19, que infectou mais de um milhão e seiscentos mil pessoas, causando quase 66 mil mortes somente no país.

As ações despóticas do fascista presidente colocam em risco as instituições democráticas da República, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). A classe trabalhadora brasileira está sob intensos ataques do projeto neoliberal, que vem retirando conquistas históricas obtidas em mais de cem anos de luta, como os direitos trabalhistas e previdenciários, duramente conquistados.

Tentando sobreviver em meio a este caos provocado pela crise econômica que já deixou 20 milhões de desempregados no país e precarizou as relações de trabalho, a classe trabalhadora, por outro lado, luta bravamente diante dos efeitos nefastos da maior pandemia deste século, que já fez mais de 500 mil vítimas e infectou mais de 10 milhões de pessoas em todo o mundo.

Pela primeira vez na história do país, temos mais desempregados(as) que trabalhadores(as) no mercado de trabalho formal. Dados do **IBGE do primeiro trimestre de 2020** mostram que a população empregada era de pouco mais de 92 milhões de pessoas. Porém, a taxa de desemprego de cerca de 12% não corresponde à

atual realidade, e **projeções indicam que o Brasil pode possuir mais de 25 milhões de desempregados**, incluindo aqueles(as) que desistiram de procurar emprego. Considerando que a **informalidade atinge quase 40 milhões de pessoas**, é possível afirmar que aqueles(as) com carteira assinada são uma minoria no país. Em pesquisa com outra metodologia, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) aponta que 63 milhões de pessoas trabalham com MEI, aplicativos ou outras modalidades, sem quaisquer direitos trabalhistas.

Este quadro é agravado pela ação genocida do Governo Federal, que de forma autoritária usa milícias fascistas para tentar reintroduzir o regime autoritário, na tentativa de fechar o STF e o Congresso Nacional. Para degradar este quadro já caótico, o governo insiste em por na linha de frente os(as) trabalhadores(as) do grupo de risco de saúde, com a Direção Central do INSS determinando a reabertura das agências da Previdência já em 13 de julho, o que aumentará a incidência deste vírus na população que usa os serviços da Previdência.

Diante das análises de conjuntura da Plenária Nacional, os(as) delegados(as) eleitos em assembleias dos sindicatos filiados e oposições, aprovaram as seguintes resoluções do **Plano de Lutas**:

1) Orientar os trabalhadores em *home office* para não retornarem às unidades de trabalho do INSS e ex-MTE (atual Ministério da Economia) no dia 6 de julho, ou 13 de julho, como estava previsto e determinado pela gestão do governo. A orientação é para que faça greve sanitária e informe o sindicato;

2) Retorno ao trabalho presencial nas Agências da Previdência Social (APS) apenas após o controle da pandemia em nível nacional, cumprindo protocolo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre a segurança dos(as) servidores(as), com fornecimento de EPIs e condições de trabalho adequadas;

3) Orientar os Sindicatos fazerem notificação aos ministérios públicos Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), para investigarem as condições de funcionamento das APS e o uso de vigilantes para fazer a triagem;

4) Enviar notificação, com base na Lei de Acesso a Informação (LAI), aos Gerentes Executivos e Superintendências do INSS, requerendo os dados de todos os servidores(as) que estão em auxílio-doença e os que foram contaminados por COVID-19;

5) Cobrar do Ministério da Saúde o fornecimento de EPIs para os(as) servidores(as) que estão em trabalho nos Hospitais Federais, os cedidos, bem como aqueles que em campo, no combate às endemias, porque os governos estaduais municipais têm negligenciado esta questão;

6) Concessão automática dos Benefícios de forma emergencial com seu valor integral;

7) Suspensão das metas de produtividade de 90 pontos do INSS durante o período da Emergência Sanitária;

8) Posicionamento contrário à produtividade e pela defesa da jornada de trabalho de 30 horas, com revogação imediata da portaria das metas (**Portaria nº 689/2020**), retomada dos grupos de trabalho para construir sistema de metas com a participação dos servidores, aplicando os deflatores de maio até a implantação do novo sistema;

9) Suspensão do ciclo da GDASS durante a pandemia e discussão para inclusão de todos os serviços na *cesta de serviços*, com inclusão das antecipações de LOAS e auxílio-doença;

10) Que a FENASPS solicite à Assessoria Jurídica Nacional (AJN) que oriente os sindicatos estaduais para preparar ação para ingressar na justiça objetivando suspender a retomada do trabalho nas unidades enquanto durar o aumento da curva da COVID-19;

11) Fortalecer a campanha em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos direitos dos(as) trabalhadores(as) da Saúde;

12) Incorporar o Calendário de Lutas da CSP/Conlutas com atos e ações virtuais entre os dias 10 a 12 de julho – **FORA BOLSONARO e FORA MOURÃO!**

13) Que a federação faça um mural como homenagem para todos(as) os(as) trabalhadores da base do Seguro e da Seguridade Social e Anvisa, em especial da área da Saúde Federal, que tombaram durante a epidemia de Covid-19;

14) Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais a continuarem fazendo assembleias e reuniões virtuais para manter a mobilização contra a reabertura das APS;

15) *Serviço Social e Reabilitação Profissional*: defesa da reestruturação dos serviços; amplo debate com a base sobre o impacto negativo das pontuações, da substituição da jornada de trabalho por produtividade e mecanismo de serviços remotos, impostos pela gestão do INSS; defesa das atribuições específicas dos profissionais do Serviço Social (Seso) e Reabilitação Profissional (RP), e da instrumentalidade profissional para uma prestação de serviços de qualidade e segurança pra população;

16) Derrotar Bolsonaro e o seu projeto de destruição dos serviços públicos. Ampla unidade do movimento sindical nesta tarefa!

17) Considerando que existe a necessidade de os(as) trabalhadores(as) estarem mais presentes nas atividades e fóruns da categoria, bem como preservar o sigilo das

decisões estratégicas dos fóruns de base, a Plenária Nacional da Fenasps virtual aprovou que se remete para discussão na Diretoria Colegiada e com a assessoria jurídica, realizando debates públicos em 'lives' (transmissões ao vivo) onde todos(as) possam participar abertamente.

• CALENDÁRIO DE LUTAS UNIFICADO:

Atividades resumidas da CSP-CONLUTAS

- **10 de julho, sexta-feira** – iniciar o dia com assembleias virtuais em todo país, apresentando como eixos a luta pra derrotar o governo de ultradireita e botar para Fora Bolsonaro e Mourão, denunciando a política genocida do Bolsonaro e de vários governadores que empurram a classe para o precipício, sinalizando que “se não nos deixarem alternativa, até a construção de uma Greve Geral”; Nos integrar ativamente nas iniciativas das redes sociais (“Twitaço”, curtindo e compartilhado as postagens da CSP-Conlutas) que ocorreram durante todo esse dia; jogar esforços práticos para que tenhamos um grande painel nacional as 20h30; lançar vídeos, áudios ou *cards* de dirigentes e ativistas reforçando os eixos de luta nesse dia pelas e redes, *whatsapp* etc;
- **11 de julho, sábado** – Plenária Popular Nacional pelo **Fora Bolsonaro; Impeachment, já!** Devemos participar ativamente dessa iniciativa em nome da CSP-Conlutas, sindicatos, entidades e movimentos em geral;
- **12 de julho, domingo** – Devemos também apoiar atos de rua e organizar, em cada lugar que estes estejam convocados, a participação em bloco dos ativistas da CSP-Conlutas (conforme critérios de proteção já anunciados) com nossas bandeiras, máscaras, faixas e agitação política dos nossos eixos. Atuar de forma organizada, como uma coluna, ajuda a amplificar e dar mais visibilidade a nossa política;
- **16 e 17 de julho, quinta e sexta-feira** – Seminário Nacional Virtual dos Servidores Públicos Federais.

Brasília/DF, 5 de julho de 2020

Diretoria Colegiada da **FENASPS**